



XXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA,  
DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

TEMA CENTRAL: Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas:  
como as bibliotecas podem contribuir com a implementação da Agenda 2030

Eixo 4 – Bibliotecas para Todos

# ACESSIBILIDADE INFORMACIONAL PARA USUÁRIOS COM TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA NA BIBLIOTECA

## RESUMO

*Marcos Pastana Santos*

Doutorando no Programa de Pós-graduação em Humanidades, Culturas e Artes da Universidade da Grande Rio. Coordenador da Biblioteca do Instituto Federal do Rio de Janeiro, Campus Paracambi.  
E-mail: [marcos.pastana@ifrj.edu.br](mailto:marcos.pastana@ifrj.edu.br)

*Cládice Nóbile Diniz*

Docente e Pesquisadora no Programa de Pós-graduação em Biblioteconomia e no Departamento de Engenharia de Produção da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.  
E-mail: [cladice.diniz@unirio.br](mailto:cladice.diniz@unirio.br)

*Edicléa Mascarenhas  
Fernandes*

Docente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e pesquisadora no Programa de Pós-graduação em Diversidade e Inclusão da Universidade Federal Fluminense.  
E-mail: [professoraediclea.uerj@gmail.com](mailto:professoraediclea.uerj@gmail.com)

Busca apresentar aos profissionais das bibliotecas escolares e comunitárias a importância de se capacitarem para que possam atender às competências informacionais do usuário com Transtorno do Espectro Autista e melhor solucionarem as situações adversas com que possam se deparar no cotidiano. O estudo tem fins explicativos e apoiou-se em pesquisa bibliográfica, com objetivo de levantar atividades que possam ser realizadas com esses usuários. Os dados foram tratados por método qualitativo. Os resultados destacam que há uma boa oferta de serviços informacionais nas bibliotecas onde é comum encontrarem-se crianças e jovens com o transtorno que a frequentam por indicação das escolas da rede regular de ensino. Contam com o bibliotecário para receberem o apoio apropriado ao participarem das atividades propostas pela biblioteca e gestor da biblioteca deve buscar que esse espaço lhes seja adequado, com o ambiente confortável e agradável. Conclui que os bibliotecários, conjuntamente com os professores, podem promover atividades informacionais que aumentem o vocabulário do usuário com Transtorno do Espectro Autista e permita através da leitura e dinâmicas potencializar sua sociabilidade, suas emoções afetivas e a inteligência cognitiva.

**Palavras-chave:** Pessoa com Transtorno de Espectro Autista. Acessibilidade Informacional. Competência informacional. Biblioteca.

INFORMATION ACCESSIBILITY FOR USERS WITH  
AUTISTIC SPECTRUM DISORDERS IN THE LIBRARY

## ABSTRACT

It seeks to present to the professionals of the school and community libraries the importance of being trained so



## XXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

TEMA CENTRAL: Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas:  
como as bibliotecas podem contribuir com a implementação da Agenda 2030

that they can attend the informational skills of the user with Autism Spectrum Disorder and better solve the adverse situations that they may encounter in everyday life. The study has explanatory purposes and was based on bibliographic research, aiming to raise activities that can be performed with these users. The data were treated by qualitative method. The results highlight that there is a good supply of information services in libraries where it is common to find children and young people with the disorder who attend it by indicating the schools of the regular network of education. They count on the librarian to receive the appropriate support when participating in the activities proposed by the library and library manager should make sure that space is suitable for them, with a comfortable and pleasant environment. It concludes that librarians, together with teachers, can promote informational activities that increase the user's vocabulary with Autism Spectrum Disorder and allow reading and dynamics to enhance their sociability, affective emotions and cognitive intelligence.

**Keywords:** Person with Autistic Spectrum Disorder. Informational Accessibility. Informational competence. Library.

## 1 INTRODUÇÃO

A característica da biblioteca de ser um espaço que deve buscar atender às necessidades informacionais de seus usuários passa a ser de aceitação geral entre seus estudiosos ao longo do século XX, notadamente a partir da sua segunda metade. Porém, ao mesmo tempo em que esse entendimento foi sendo estendido também aos bibliotecários, a sociedade foi se modificando e desafiando as competências desses profissionais, trouxe-lhe novos usuários singulares, como é o caso daqueles com transtorno de espectro autista (TEA).

A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015), não revoga ou retifica, no todo ou em partes, a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2014, a qual instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (BRASIL, 2012). Esta Lei (2012) determina que a pessoa com TEA é



**XXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA,  
DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

TEMA CENTRAL: Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas:  
como as bibliotecas podem contribuir com a implementação da Agenda 2030

considerada com deficiência para todos os efeitos legais e aponta as características da síndrome clínica que a identifica, que se observa serem comportamentais, agrupadas em dois grupos. Um referente às habilidades interpessoais, que levam às interações sociais a serem afetadas pela deficiência na comunicação verbal e não verbal. Isto é, o que não faz e que é apreciado na sociedade como competência interpessoal. O outro grupo de característica refere-se ao que faz e é pouco tolerado: agir com padrões restritivos e repetitivos e ou ritualizados, excessivamente aderente a rotinas; ter interesses restritos e fixos e comportamentos motores ou verbais estereotipados ou sensoriais incomuns. Nos dois casos, portanto, prevalece o diagnóstico pelo fenótipo.

O comportamento atípico marcante, o não se socializar com as pessoas, internalizar os sentimentos, a anormalidade do contato visual e o atraso na linguagem são sintomas importantes para o diagnóstico (BRASIL, 2014).

A desordem do comportamento atípico e marcante manifesta-se de diferentes formas, como por movimentos corporais bruscos, reação exagerada a determinados sons, falas descontextualizadas, entonação e volume da voz peculiar, dificuldades de expressar emoções e suas vontades ou até mesmo surtos com convulsões.

Para atender a esse usuário especial, propiciando-lhe acesso à informação e autonomia na utilização do material bibliográfico, o bibliotecário deve estar bem preparado e ter o domínio de estratégias adequadas para fazer frente a eventuais situações inusitadas.

Para isso, o primeiro passo é estar sensibilizado para a necessidade de se capacitarem para atender a essas demandas informacionais do usuário com TEA e melhor solucionarem as situações adversas com que podem se deparar. Com o objetivo de contribuir com essa sensibilização, ensejou-se este estudo sobre atividades para promoverem a inclusão de usuários com TEA na biblioteca.



## XXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

TEMA CENTRAL: Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas:  
como as bibliotecas podem contribuir com a implementação da Agenda 2030

## 2 METODOLOGIA

O objeto da pesquisa trata-se das atividades possíveis de serem realizadas com usuários com TEA e o seu universo foi o conjunto das que foram encontrados na literatura, com a amostra sendo selecionadas as mais fáceis de aplicação.

A metodologia foi, quanto aos fins, explicativa e apoiou-se em pesquisa bibliográfica, realizada em publicações que tratam sobre o transtorno e sobre atividades em bibliotecas passíveis de serem realizadas com os usuários com TEA.

Os dados foram tratados por método quali-quantitativo. Buscou-se relacionar os dados sobre serviços de letramento informacional nas bibliotecas escolares encontrados na literatura especializada com os dados do Censo Escolar de 2015 sobre a população educacional com autismo, oferecidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Anísio Teixeira (INEP) em seu sítio (INEP, 2015).

## 3 O PROCESSO HISTÓRICO DO ENTENDIMENTO DO AUTISMO

O termo autismo foi empregado pela primeira por Bleuler, em 1911, para explicar a perda de contato com a realidade e a extrema dificuldade de estabelecer um diálogo por alguns indivíduos. (CUNHA, 2012, p.20).

Em 1943, o médico austríaco Leo Kanner, radicado nos Estados Unidos, publicou em forma de artigo, sob o título de “Os transtornos autistas do contato afetivo”, suas observações sobre 11 crianças que apresentavam um comportamento psicótico. Essas crianças, segundo os seus relatos médicos, apresentavam um alheamento externo desde o início de suas vidas, não respondendo as estimulações externas do ambiente que as cercavam. Outra característica descrita dessas crianças era a presença de um repertório linguístico extremamente limitado, a que designou de ecolalia, ocorrendo também casos com ausência de linguagem (mutismo). Entre as causas do fenômeno atribuiu-o à falta de afeto das mães com os filhos. (KANNER, 1943).



**XXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA,  
DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

TEMA CENTRAL: Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas:  
como as bibliotecas podem contribuir com a implementação da Agenda 2030

Em 1944, com o título “A psicopatia autística da infância”, foram publicados por Hans Asperger os casos que observou em suas consultas médicas (ASPERGER, 1944). Para este autor (1944), o comportamento observado nas crianças autistas apresentava características comuns, como a presença marcante, uma estranha pauta expressiva e comunicativa da linguagem, anomalias prosódicas e pragmáticas e extrema dificuldade em compreender o sentido ambíguo de algumas palavras e expressões. Identificou-lhes também um comportamento obsessivo nos pensamentos expressados e convulsividade por determinadas coisas.

Assumpção Junior (1995) considera que Asperger retomou os estudos de Kanner sobre as crianças com autismo, contudo obtendo resultados que refutam serem as mães em sua falta de afeto as causadoras do problema, uma vez que encontra evidências do transtorno ser causado por fatores neurológicos, metabólicos e cromossômicos, evidências estas que se diferenciavam das diagnosticadas em pessoas com deficiência mental. (ASSUMPÇÃO Jr., 1995).

Em 1949, Kanner após várias observações sobre as peculiaridades de comportamento e interação, definiu essa situação como Autismo Infantil (AI).

Essas pesquisas, assim como outras que se seguiram até a década de 1970 inclusive, eram fundamentadas em casos com formas muito severas do fenótipo do autismo, geralmente associadas a atrasos graves na linguagem e habilidades cognitivas. (ELSABBAGH, 2012)

Estudos desenvolvidos a partir dos anos de 1970, demonstraram que o AI se caracteriza por deficiências no desenvolvimento do mundo simbólico e imaginativo da criança. Estudos também apontaram que cerca de 70% das crianças que apresentavam características identificadas como sintomas do autismo tinham deficiência mental. (ASSUMPÇÃO Jr., 1995).

O desenvolvimento neuropsicomotor e cronológico relacionado ao transtorno constituiu-se em um avanço a partir do trabalho de Michael Rutter, na década de 1970, assim como foram as técnicas de educação e de desenvolvimento de habilidades de pessoas com TEA, para o que contribuíram Jean Itard e o próprio Leo Kanner. (OLIVEIRA *et al.*, 2017).



Da década de 1980 em diante, começou-se a estudar casos menos graves, em que o autismo ocorre sem deficiência intelectual, que é conhecido também como autismo de "alto funcionamento" ou como categorias de diagnóstico separadas em classe mais ampla de distúrbios do espectro do autismo. (ELSABBAGH, 2012).

Esse desenrolar evolutivo do entendimento do autismo, de ótica que perpassa por Kanner e Asperger é classificado por Oliveira *et al.* (2017) como "linha da Diretriz", em referência ao documento "Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista" (BRASIL, 2014), onde os aspectos etiológicos do autismo, segundo os autores citados, são considerados, sem que se desenvolva sem considerações críticas:

[Os aspectos etiológicos do autismo] sugerem a presença de alguns fatores genéticos e neurobiológicos que podem estar associados ao autismo, tais como anomalia anatômica ou fisiológica do sistema nervoso central (SNC) e problemas constitucionais inatos predeterminados biologicamente (AKSHOMOFF, 2006). Fatores de risco psicossociais também foram associados" (BRASIL, 2014, p.13 *apud* OLIVEIRA *et al.* 2017, p. 10).

Para Oliveira *et al.* (2017), o pensamento que se conduz pela linha da Diretriz valoriza os indicadores comportamentais e de risco para o diagnóstico do TEA, listando-os de maneira sistemática e pormenorizada, centrando nos aspectos técnicos envolvidos no processo diagnóstico. Segundo os mesmos autores, o diagnóstico conduz para ações de habilitação/reabilitação, em consonância com outras atividades assistenciais, tais como os atendimentos médicos, odontológicos e em saúde mental.

Em contraponto à linha da Diretriz, Oliveira *et al.* (2017) observam que há outra abordagem à questão do autismo no Brasil, a da Linha de Cuidados, que reconstrói o histórico das concepções do autismo a partir da contemporaneidade e é assim denominada em referência ao conteúdo do documento "Linha de Cuidado para a Atenção às Pessoas com Transtornos do Espectro do Autismo e suas Famílias na Rede de Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde" (BRASIL, 2015).



**XXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA,  
DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

TEMA CENTRAL: Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas:  
como as bibliotecas podem contribuir com a implementação da Agenda 2030

A Linha de Cuidados considera também as leituras psicanalíticas em língua inglesa sobre o autismo, que foram hegemônicas nas décadas de 1950 e 1960, e as francesas que surgiram posteriormente, também como as de vertente biológica e/ou cognitivista, da década de 1960 e anos posteriores, e as teorias neurocientíficas mais recentes na historiografia do autismo. E discute também “as dimensões éticas e políticas envolvidas no processo diagnóstico, que podem produzir tantas desvantagens sociais (estigma) quanto benefícios (acesso a políticas e direitos)”. (OLIVEIRA *et al.*, 2017, p. 20).

Porém, a convergência em diversos pontos, evidencia para Oliveira et al. (2017) a hipótese de que as divergências são políticas, pela legitimidade dos seus campos de atuação, o da reabilitação e o da atenção psicossocial.

As disputas entre distintas concepções e estratégias envolvendo o autismo não são exclusividade do cenário brasileiro, quase sempre ocasionando impasses. Por exemplo, nas nações anglofônicas, segundo (ORTEGA<sup>1</sup>, 2009 *apud* OLIVEIRA *et al.* 2017), há embate entre os que consideram o TEA passível de tratamento, englobando os pais e amigos dos autistas, e os grupos que defendem que suas características não seriam necessariamente patológicas.

Robison *et al.* (ROBINSON<sup>2</sup> *et al.*, 2016; ROBINSON<sup>2</sup> *et al.*, 2016 *apud* DAVIS, 2016) sugerem que o autismo envolve muitos fatores complexos e interativos, incluindo genética, meio ambiente e o desenvolvimento do cérebro.

Em 2008, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) passa o atendimento educacional das pessoas com deficiência para a área da Educação Especial, criando tipologias, destacando-se de outros tipos também considerados-visual, auditiva, motora, múltipla, a intelectual e de altas habilidades/superdotação – o de transtornos globais do desenvolvimento, porque neste tipo foram incluídos os casos até então denominados de autismo. Observa-se que a

<sup>1</sup>ORTEGA, F. Deficiência, autismo e neurodiversidade. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 67-77, Fev. 2009.

<sup>2</sup>ROBINSON, Elise B. *et al.* Genetic risk for autism spectrum disorders and neuropsychiatric variation in the general population. Abstracts. **Nature Genetics**, n.48, mar. 2016.



**XXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA,  
DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

TEMA CENTRAL: Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas:  
como as bibliotecas podem contribuir com a implementação da Agenda 2030

denominação do tipo altas habilidades/superdotação foi alterada para altas habilidades ou superdotação, pela Lei nº 13146/2015.

Ocorre que além dos casos de autismo, os Transtornos Globais do Desenvolvimento, que incluíam também os de Transtorno Desintegrativo da Infância e de Síndromes de Asperger e de Rett, passando a serem englobados em uma única classificação para fins de diagnóstico, sendo ela a de Transtornos do Espectro Autista (TEA). Isso se deveu à evolução no entendimento científico, que concluiu serem aqueles transtornos aspectos de gradação de uma mesma condição. (ARAÚJO; LOTUFO NETO, 2014).

Essa é a denominação com que a Lei nº 12.764/12, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, referência os casos e adota medidas protetivas. (BRASIL, 2012).

Em 2015, é promulgada a Lei no 13.146/15, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) (Brasil, 2015) e, para efeitos protetivos das pessoas com deficiência, a tipologia da deficiência passa a classificá-la por sua natureza – portanto, por essência constitutiva objetiva de “coisa” que causa um impedimento à pessoa -, como sendo física, mental, intelectual ou sensorial. Esse dispositivo legal não referencia a Lei No. 12.764/12 (Brasil, 2012), não a revoga e também não apresenta explícita alteração a qualquer ponto. E também não cita qualquer palavra quanto aos transtornos do espectro autista, sendo a referência mais próxima a ele a de haver as tipologias de deficiência mental e de deficiência intelectual.

Considerando a definição de deficiência do tipo Transtornos do Espectro Autista na Lei No. 12.764/12 (Brasil, 2012), temos primeiro que atentar para o fato que em seu Art. 1º essa lei dita que se propõe a estabelecer diretrizes para a proteção da pessoa com transtorno do espectro autista, que caracteriza como pessoa com deficiência por ter comportamentos e *déficits* apresentados em seus incisos I e II. Não propõe que se estabeleça critérios outros para o diagnóstico do autismo em alguém.

Ainda a mesma Lei (Brasil, 2012), quanto aos direitos que em seu Art. 3º afirma a pessoa com o transtorno ter e apresenta em seus incisos I, II e III, observa-se que estes também, para serem assegurados, ficam dependentes de políticas, como pode ser



**XXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA,  
DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

TEMA CENTRAL: Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas:  
como as bibliotecas podem contribuir com a implementação da Agenda 2030

verificado. O mérito dessa Lei, no entanto, é que surgiu da mobilização dos familiares, segundo Oliveira *et al.*, e trouxe o reconhecimento do autismo como uma deficiência, o que levou a inúmeros debates, sobretudo em 2013, sobre como esta população deve ser contemplada no rol de ações e serviços disponíveis da assistência que vinha sendo provida pelos órgãos de assistência e pelas entidades filantrópicas conveniadas ou pelas associações de familiares

I - a vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer; II - a proteção contra qualquer forma de abuso e exploração; III - o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo: a) o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo; b) o atendimento multiprofissional; c) a nutrição adequada e a terapia nutricional; d) os medicamentos; e) informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento; IV - o acesso: a) à educação e ao ensino profissionalizante; b) à moradia, inclusive à residência protegida; c) ao mercado de trabalho; d) à previdência social e à assistência social. (BRASIL, 2012, Art. 3º).

A Lei nº 13.146/15 (Brasil, 2015), no entanto, em seu Art. 1º comunica que se destina a “[...] assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais [...]” das pessoas com deficiência. O tom é de determinação. Portanto, ela abrangia as diretrizes e os direitos de que a Lei No. 12.764/12 (Brasil, 2012) trata, exigindo o cumprimento como determinação.

Ainda a Lei No 13.146/15 (Brasil, 2015), em seu Art. 2º exige que a condição de deficiência seja declarada por equipe multiprofissional e interdisciplinar, com avaliação biopsicossocial, a qual considere não somente a natureza da deficiência momentânea, mas também em perspectiva de longo prazo e articulada com a vida da pessoa, que só terá o seu impedimento declarado como deficiência se requerer participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Então, o diagnóstico de quem tem deficiência intelectual ou mental passa a ter caráter sócio científico.

Desse aspecto científico, encontra-se na literatura que um ano antes do Estatuto da Pessoa com Deficiência ser promulgado, a *American Psychiatric Association* (American



## XXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

TEMA CENTRAL: Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas:  
como as bibliotecas podem contribuir com a implementação da Agenda 2030

..., 2014, p.53) declarava que os transtornos do espectro autista englobamos casos que antes eram tratados como autismo infantil precoce, autismo infantil, autismo de Kanner, autismo de alto funcionamento, autismo atípico, transtorno global do desenvolvimento sem outra especificação, transtorno desintegrativo da infância e transtorno de Asperger.

### 40 AUTISTA E A BIBLIOTECA ESCOLAR

Pessoas com espectro autismo têm distintas capacidades lingüísticas, algumas conseguem se comunicar com certa fluência e coerência, outras se comunicam muito pouco, apenas palavras soltas que não expressam necessariamente algum interesse específico, outras quando não estimuladas, simplesmente não se comunicam. E tem alguns casos que mesmo estimuladas não desenvolvem a fala. (BOSA, 2001).

Entre as causas desse comportamento, esse autor citado (2001) considera ser em nível de estado mental, como pode ser verificado em seu texto:

Os déficits de linguagem seriam uma consequência da incapacidade destas crianças para se comunicarem com outras pessoas a respeito de estados mentais; os distúrbios no comportamento social refletiriam a dificuldade em dar um sentido ao que as pessoas pensam e ao modo como se comportam. (BOSA, 2001, p.4).

Entre os distúrbios do comportamento social que caracterizam o comportamento da pessoa com transtorno do espectro autista é o de relacionar-se a interesses pouco comuns, como o de enfileirar objetos; manipulá-los de mesma forma por longos períodos; a fixação do olhar para determinadas situações como, por exemplo, a de créditos de um filme; ficar sentando frente ao ventilador vendo a hélice girar; entre outros. Outros comportamentos associados às pessoas com espectro autismo são:

- a) Condutas impulsivas;
- b) Autolesão;
- c) Birras;
- d) Labilidade emocional;



**XXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA,  
DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

TEMA CENTRAL: Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas:  
como as bibliotecas podem contribuir com a implementação da Agenda 2030

- e) Apresentar hábitos estranhos ao comer e/ou ao dormir;
- f) Apresentar ausência de medo ou medo excessivo a situações aparentemente sem um perigo real.

Esses sintomas podem aparecer mediante a situações que causem desconforto ou estresse. E podem ocorrer em ambientes estruturados ou não. As respostas a esses estímulos indesejados podem gerar uma desorganização mental.

E sobre isso Silva, Gaiato e Reveles (2012) comentam:

Os comportamentos motores estereotipados e repetitivos, como pular, balançar o corpo e/ou as mãos, bater palmas, agitar ou torcer os dedos e fazer caretas, são sempre realizados da mesma maneira e alguns pais até relatam que observam algumas manias na criança que desenvolve tais comportamentos. [...] os comportamentos disruptivos cognitivos, tais como compulsões, rituais e rotinas, insistência, mesmice e interesses circunscritos que são caracterizados por uma aderência rígida a alguma regra ou necessidade de ter as coisas somente por tê-las. (SILVA; GAIATO; REVELES, p. 39-40).

Isso ocorre, de acordo com os mesmos autores Silva, Gaiato e Reveles (2012), devido a pessoa com esse transtorno não compreender o mundo como um todo, mas sim em pedaços; que a leva a ter necessidade de uma rotina rígida e inflexível, como uma tentativa de entrosar-se ao ambiente, organizando-o para torná-lo previsível e confortável

Esse conjunto de características supracitadas pode facilitar a ocorrência de situações em que é necessário ter diretrizes advindas da prática pedagógica para orientar os profissionais da educação e da biblioteca que atuam diretamente no espaço escolar com o usuário com o transtorno, de maneira plural para que suas necessidades de aprendizagem e informacionais de seu repertório de interesse sejam ampliados e/ou estimulados.

Conhecer o usuário autista e disponibilizar atividades biblioteconômicas e pedagógicas é fundamental para interação e participação do aluno na construção do conhecimento. Para isso, buscou-se levantar quantos são, suas dificuldades e trabalhar suas potencialidades, respeitando sua singularidade.





XXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA,  
DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

TEMA CENTRAL: Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas:  
como as bibliotecas podem contribuir com a implementação da Agenda 2030

dependência Administrativa	Creche		Pré-escola		Anos Iniciais		Anos Finais	
	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral
Municipal Urbana	3.885	5.516	25.892	3.226	214.033	34.875	74.425	11.607
Municipal Rural	431	177	3.930	202	40.527	13.646	14.372	5.684
Totais Municipais	4.316	5.693	29.822	3.428	254.290	48.521	88.797	17.291

Fonte: INEP (2015)

Verifica-se que o total atendido na rede básica municipal no Brasil em 2015 foi de 452.158 crianças, praticamente 35% do total da população autista de 2016. Portanto, pode-se considerar para efeito de oferta de serviços, que um pouco mais de terço da população autista encontra-se matriculada na rede municipal de ensino da educação pública.

Observa-se também que, apesar de que alguns autores considerarem que o número de pessoas diagnosticadas com TEA tem aumentado em quantidade nos últimos anos (BAIO<sup>3</sup>, 2012 *apud* SOLOMON, 2013; DAWSON, 2012), a ponto do número de casos crescer exponencialmente, para o *Centers for Disease Control and Prevention* (*Centers ...*, 2014), não há dados efetivos, segundo Elsabbagh *et al.* (2012) e Oliveira *et al.* (2017), para considerar que se trata de aumento na taxa de incidência (número de casos novos por período de tempo) e que aparenta estar sendo mantida a taxa de prevalência (número de casos na população em determinado momento), isto é, o número de casos acompanha o número de pessoas na população nacional.

Mesmo estando a ocorrer a taxa de prevalência de 0,62%, o quantitativo efetivo resultante atual de casos de autismo a serem atendido no sistema educacional é muito alto frente aos recursos disponíveis no Brasil. E sendo mais de um terço os casos da rede pública municipal do ensino infantil e fundamental, temos que o papel das bibliotecas escolares é significativo. Acresce-se a essa preocupação o fato que em municípios como o do Rio de Janeiro, as bibliotecas escolares são em número irrisórios, substituídas que

<sup>3</sup>BAIO, Jon. Prevalence of autism spectrum disorders: autism and developmental disabilities monitoring network, 14 sites, United States, 2008. **Morbidity and Mortality Weekly Report (MMWR)**, v.61, n.3, p.1-24, mar. 2012. Disponível em: <<https://www.cdc.gov/mmwr/pdf/ss/ss6103.pdf>>. Acesso em: 09 jul. 2017.



**XXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA,  
DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

TEMA CENTRAL: Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas:  
como as bibliotecas podem contribuir com a implementação da Agenda 2030

foram pelas “salas de leitura”, órgãos com finalidades múltiplas e não especializadas como as bibliotecas, o que aumentam a complexidade das considerações e que por esse motivo não são consideradas neste estudo.

Considerando as bibliotecas escolares, para atender aos estudantes autistas, incluindo-os no ambiente escolar, contemplando seus direitos de ter serviços eficazes para potencializar o seu desenvolvimento cognitivo, comportamental e social torna-se um desafio para os profissionais de biblioteca. A falta de habilidade social dos estudantes com espectro autista os mantém resistentes à quebra de rotinas e mudanças bruscas do ambiente, mantendo-se restritos às suas zonas de interesse muito específicas, causando implicações no trabalho a ser desenvolvido com eles no espaço da biblioteca.

Farmer (2013, p.69) apresenta ações que sugere para incluir esses alunos:

Estes alunos têm dificuldade significativa de compreender e usar a linguagem verbal ou uma deficiência significativa de aprendizagem não-verbal, e eles têm dificuldade em interações recíprocas; em outras palavras, eles têm a capacidade para decodificar palavras e texto em níveis muito avançados sem a capacidade de compreender os significados de aquelas palavras que estão a ser decodificado. Bibliotecários precisam selecionar livros que apelam para crianças autistas: repetitivo/elementos previsíveis, sequências familiares, rima, pergunta/resposta, formato, cadeia ou uma história circular. Lá várias técnicas para fazer livros mais acessíveis: páginas de laminação, enriquecendo a textura, compra de livros com fotografias reais, localizar livros que são sobre crianças autistas, incluindo opinião do aluno autista em aquisições de livros da biblioteca. (FARMER, 2013, p.69).

Portanto, para essa autora (2013), o bibliotecário pode identificar as demandas informacionais do usuário com TEA por meio de contato com seus familiares, com os profissionais da saúde e da educação especial que o atendem, mesmo quando não possui comunicação oral e/ou escrita.

É importante frisar que os estudantes como autismo precisam de auxílio dos profissionais da biblioteca para processar a informação disponibilizada no acervo, segundo Farmer (2013, p.69), que alerta:



## XXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

TEMA CENTRAL: Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas:  
como as bibliotecas podem contribuir com a implementação da Agenda 2030

Estes alunos “têm dificuldade significativa de compreender e usar a linguagem verbal ou uma deficiência significativa de aprendizagem não-verbal, e eles têm dificuldade em interações recíprocas; em outras palavras, eles têm a capacidade para descodificar palavras e texto em níveis muito avançados sem a capacidade de compreender os significados de aquelas palavras que estão a ser decodificado.

Ainda no compreender desta autora (2013), os profissionais da biblioteca devem selecionar livros acessíveis que possibilitem a leitura, especialmente elaborados em razão da dificuldade comunicacional do aluno, explicando sobre isso, que os livros devem estimular as crianças autistas, com elementos previsíveis e/ou repetitivos, sequências familiares, rimas, perguntas/respostas, formato atraentes, proporem histórias em cadeia ou uma história circular. Propõe também que se selecionem livros acessíveis por páginas de laminação, enriquecendo com as texturas e com fotografias reais, livros esses que tratem a respeito de crianças autistas e adquiridos conforme a opinião do aluno autista.

Porém, se não forem adequadamente capacitados, os profissionais da biblioteca podem encontrar dificuldades para apoiar às pessoas com TEA, pois de acordo com a *American Library Association – ALA*, o contato com a biblioteca poderá desencadear uma série de estereótipos do usuário, explicando:

Um usuário com TEA pode não ser verbal ou pode falar com você em vez de conversar. Este usuário pode repetir o que você diz, seja muito alto, interrompa os outros, não compreenda figuras de fala ou piadas e/ou seja incapaz de seguir as instruções de várias partes. Uma pessoa com TEA pode ser incomumente sensível a cheiros, ruídos ambientais, luzes cintilantes e certas texturas. Muitas pessoas com TEA não têm a capacidade de ler linguagem corporal ou outras pistas sociais. Algumas pessoas não estão conscientes dos comportamentos socialmente apropriados - não compreendendo as regras da distância social, o toque apropriado, a mudança de direção e o contato visual. Essas deficiências criam uma necessidade de controle e previsibilidade no meio ambiente. (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 2017, p.1-2, tradução nossa).

Para resolver essa situação, de acordo com as recomendações da ALA (2017), o bibliotecário poderá oferecer recursos e atividades que possibilitem o acesso da informação para o usuário, como horários de imagens dos eventos da biblioteca ou data



**XXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA,  
DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

TEMA CENTRAL: Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas:  
como as bibliotecas podem contribuir com a implementação da Agenda 2030

de vencimento dos materiais, Telas de toque, Alpha inteligente e Fidgets O uso de tecnologias assistivas nos recursos informacionais visa a autonomia do indivíduo.

Enfim, os usuários com TEA são membros da comunidade e podem e devem participar de atividades propostas pela biblioteca. Para isso, será necessário receber o apoio apropriado. O gestor da biblioteca criando ações acessíveis possibilitará a construção de um ambiente adequado, confortável e agradável.

Para criar essas ações o gestor precisa buscar formação no assunto, não somente devido a tecnologias assistivas que nem sempre são de uso intuitivo e também devido à reação do usuário com TEA, uma vez que ação física e emocional de cada um varia. Medida em certas situações é não o contrariar para uns estudiosos, enquanto para outros a noção é de que há comportamentos que devem ser controlados.

Uma diretriz razoável é a de que se o usuário não quiser mais permanecer no ambiente da biblioteca, cabe ao responsável pelo usuário e/ou bibliotecário orientá-lo à saída e convidá-lo a retornar ao espaço da biblioteca.

Por apresentar esse conjunto de característica e peculiaridades, o trabalho com esses estudantes no espaço na biblioteca escolar precisa o tempo todo ser revisto a fim de atender e dar respostas diversas as demandas de aprendizagem desses estudantes.

No compreender de Akin e MacKinney (2004) a biblioteca pode oferecer diversos serviços de competência informacional que proporcionem conhecimento aos usuários com autismo, eis a relação:

Em termos de materiais, todos os formatos - vídeos, audiocassettes, livros, jogos, brinquedos, jogos, software de computador, fantoches e revistas de adultos.

Livros que usam linguagem repetitiva são excelente escolha para uma leitura em voz alta. Incluindo famílias de crianças com necessidades, oferecer listas de recursos, editores, e web sites a serem usados no seu desenvolvimento.

Recolha de materiais para crianças com necessidades especiais.

Dicionários ou palavra da imagem.

Livros são recomendados, e enquanto um dicionário não se presta a um tempo da história sozinho, ele é definitivamente um programa temático.

As crianças autistas mais velhas podem preferir ler calendários, atlas, livros de telefone, enciclopédias e não-ficção.



## XXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

TEMA CENTRAL: Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas:  
como as bibliotecas podem contribuir com a implementação da Agenda 2030

As crianças autistas podem ler por prazer, mas eles quase nunca lêem histórias com capítulos e personagens altamente desenvolvidos. Algumas crianças com TEA estarão felizes lendo o mesmo livro repetidamente. Um professor ou bibliotecário deve reforçar os tópicos, vinculando-os a favoritos. (AKIN; MACKINNEY, 2004, p.36-37, tradução nossa).

A estratégia organizacional para que a biblioteca tenha o seu lugar na instituição escolar, faz-se necessário que os responsáveis por sua dinamização (bibliotecários, professores e outros profissionais) desenvolvam estratégias organizacionais, menos rígidas e burocráticas, que possibilitem o exercício de liberdade e autonomia do leitor/pesquisador naquele espaço e facilitem o seu livre acesso à informação.

Assim inseri-los no universo da leitura e imaginação pode propiciar a esses estudantes, ferramentas para enfrentar situações cotidianas com maior autonomia frente aos desafios posto a interação com o outro. A escola desempenha um papel muito importante para o desenvolvimento integral desses estudantes e cabe a ela não se furtar dessa responsabilidade.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A oferta de serviços informacionais para usuários com TEA é relevante, pois apesar do aumento considerável de diagnósticos há maior estímulo as suas reabilitações, sendo comum encontrar crianças que frequentam as escolas da rede regular de ensino. Nesses espaços existem bibliotecas e o bibliotecário, conjuntamente com os professores, podem promover atividades informacionais que aumentem o vocabulário deste usuário e, que permitam através da leitura potencializar sua sociabilidade, suas emoções afetivas e a inteligência cognitiva. E, também ampliar a perspectiva para as bibliotecas comunitárias, incentivando a participação destes indivíduos nos ambientes sociais e o direito de acesso ao patrimônio cultural de sua comunidade.



## XXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

TEMA CENTRAL: Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas:  
como as bibliotecas podem contribuir com a implementação da Agenda 2030

Diante da complexidade educacional que o transtorno apresenta, faz-se necessário realizar a orientação e formação continuada aos profissionais que atuam diretamente com os estudantes com espectro autismo.

Por esse motivo, o debate sobre a inclusão das pessoas com autismo nos espaços formais de aprendizagem como a biblioteca escolar e o seu processo de ensino-aprendizagem são pertinentes na medida em que o comportamento inapropriado, a sua dificuldade de interação, comunicação e o repertório restrito de interesse são um desafio para os profissionais de ensino.

Assim, a garantia por si só de leis referentes ao tema, inclusão das pessoas com deficiência no ensino regular, e a obrigatoriedade da matrícula não garante a inclusão e socialização desses estudantes em todos os espaços escolares, dentre eles a biblioteca.

Sendo que as soluções não podem ser pontuais, requerendo que se considerem soluções abrangentes para que não só os espaços públicos sejam acessíveis, como na mobilidade urbana, como nos demais serviços que a sociedade dispõe para as pessoas, especialmente no caso deste estudo, quanto à escola, ensino e aprendizagem, com a consequente necessidade de lhes prover participação em todos os espaços escolares.

## REFERÊNCIAS

AKIN, Lynn; MACKINNEY, Donna. **Autism, Literacy, and Libraries: the 3 Rs = Routine, Repetition, and Redundancy.** [S.l.: s.n]. 2004.  
<[https://inclusivelibrariesforchildren.files.wordpress.com/2013/01/2n2\\_akin.pdf](https://inclusivelibrariesforchildren.files.wordpress.com/2013/01/2n2_akin.pdf)>. Acesso em: 11 ago. 2017.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **People with Autism Spectrum Disorders (ASD): What You Need to Know.** 2017. Disponível em: <<http://www.ala.org/ascla/resources/tipsheets/asd>>. Acesso em: 22 ago. 2017.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5.** 5.ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ARAUJO, Álvaro Cabral; LOTUFO NETO, Francisco. A nova classificação americana para os transtornos mentais: o DSM-5. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, São Paulo, v.16, n. 1, p. 67 – 82, 2014. Disponível em:  
<<http://www.usp.br/rbtcc/index.php/RBTCC/article/view/659/406>>. Acesso em: 05 ago. 2017.



**XXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA,  
DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

TEMA CENTRAL: Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas:  
como as bibliotecas podem contribuir com a implementação da Agenda 2030

ASPERGER, H. Autistic psychopathy in childhood. In: FRITH, U. **Autism and Asperger Syndrome**. Cambridge: Cambridge University Press; New York, 1944. p. 37-62.

ASSUMPÇÃO JR., F.B. Conceito e classificação das síndromes autísticas. In: SCHWARTZMAN, J. S; ASSUMPÇÃO JR., F.B. **Autismo Infantil**. São Paulo: Memnon, 1995. p.3-16.

BOSA Cleonice Alves. As relações entre autismo, comportamento social e função executiva. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v.14, n.2, p.281-287, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/prc/v14n2/7855.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

BRASIL. **Diretrizes de atenção à reabilitação da pessoa com Transtornos do Espectro do Autismo (TEA)**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014.

\_\_\_\_\_. **Lei n.º 12.764, de 27 de novembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3o do art. 98 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, DF, 2012.

\_\_\_\_\_. **Leinº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA)**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Linha de Cuidado para a Atenção às Pessoas com Transtornos do Espectro do Autismo e suas Famílias na Rede de Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde**. Brasília:Ministério da Saúde, 2015.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION. Prevalence of autism spectrum disorder among children aged 8 years: autism and developmental disabilities monitoring network, 11 Sites, United States, 2010. **CDC**, v.63, n.2, p.1-21, 2014.

CUNHA, Eugênio. **Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família**. Rio de Janeiro: Wak, 2012.

DAVIS, Nicola. Autism spectrum has no clear cut-off point, research suggests. In Science. **The Guardian**, 21 mar. 2016. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/science/2016/mar/21/autism-spectrum-has-no-clear-cut-off-point-research-suggests-nature-genetics>>. Acesso em: 14 jul. 2017.

DAWSON, Geraldine. Dramatic increase in autism prevalence parallels explosion of research into its biology and causes. **JAMA Psychiatry**, Chicago, n.70, v.1, p.9-10, jan. 2013.



XXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA,  
DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

TEMA CENTRAL: Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas:  
como as bibliotecas podem contribuir com a implementação da Agenda 2030

ELSABBAGH, Mayada. *et al.* Global prevalence of autism and other pervasive developmental disorders. **In Autism Research**, v. 5(3), p. 160-179, abr./jun.2012. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/22495912>>. Acesso em: 03 nov. 2017.

FARMER, Lesley S. J. **Library services for youth with Autism Spectrum Disorders**. Chicago: ALA Editions, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **População brasileira em 2016**. Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas\\_de\\_Populacao/Estimativas\\_2016/estimativa\\_dou\\_2016\\_2016\\_0913.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2016/estimativa_dou_2016_2016_0913.pdf)>. Acesso em: 20 jul. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS ESTATÍSTICAS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Censo escolar 2015**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo>>. Acesso em: 28 jul. 2017.

KANNER, L. Autistic disturbances of affective contact. **Nervous Child**, n.2, p.217-250, 1943.

MELLO, Ana Maria *et al.* **Retratos do autismo no Brasil**. São Paulo: Associação de Amigos do Autista, 2013.

OLIVEIRA, Bruno D. C *et al.* **Políticas** para o autismo no Brasil: entre a atenção psicossocial e a reabilitação. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, v. 27 (03), p.701-727. jul-set. 2017. Disponível em: <<https://scielosp.org/article/physis/2017.v27n3/707-726/pt/>>. Acesso: em 03 nov. 2017.

ROBINSON, Elise B. *et al.* Genetic risk for autism spectrum disorders and neuropsychiatric variation in the general population. Abstracts. **Nature Genetics**, n.48, mar. 2016. Disponível em:

<<http://www.nature.com/ng/journal/v48/n5/full/ng.3529.html>>. Acesso em: 14 jul. 2017.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa; GAIATO, Mayra Bonifacio; REVELES, Leandro Thadeu. **Mundo singular: entenda o autismo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

SOLOMON, A. **Longe da árvore: pais, filhos e a busca de identidade**. São Paulo, Companhia das Letras, 2013.